



6 DE MAIO, 2009

ESTRATÉGIA PARA A PREVENÇÃO DOS ACIDENTES EM PORTUGAL

PRINCIPAIS RESULTADOS DO PERFIL E DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO SOBRE SEGURANÇA INFANTIL EM PORTUGAL 2009

RESUMO

PERFIL DE PORTUGAL NA ÁREA DA SEGURANÇA INFANTIL 2009

Para enquadrar o Relatório de Avaliação da Segurança Infantil em Portugal foi feito um Perfil do País, que realça o peso dos traumatismos em crianças e adolescentes e analisa alguns factores sócio-demográficos com maior impacto na ocorrência de acidentes.

Em 2003, Portugal conseguiu poupar 29 mil anos de vida potencial perdida em relação a 2001

Este perfil, revela que em 2003, as mortes de crianças resultantes de lesões e traumatismos representavam em Portugal mais de 20.000 anos de vida potencial perdida em mortes prematuras e evitáveis – anos em que as crianças e os adolescentes não puderam crescer, aprender e contribuir para a sociedade. Relativamente a 2001 (49.000 anos de vida potencial perdidos), Portugal reduziu este número para menos de metade. De facto, as taxas de mortalidade por lesões e traumatismos têm vindo a diminuir desde os anos 80 com uma ligeira subida em 2001 para voltar novamente a retomar a tendência de descida. E se em 2001, Portugal teve uma taxa de mortalidade de 31,63 por cada 100.000 habitantes, entre 2001 e 2003, esta desceu para 14,98 por cada 100.000 habitantes, estando agora muito próxima da média europeia (14,98/100.000). Os acidentes rodoviários continuam a ter o maior peso, sobretudo no grupo dos 15 -19 anos.

Dados mais recentes (2005), mostram que, em cinco anos, o País reduziu o número de mortes com crianças por lesões e traumatismos quase para metade

As lesões e os traumatismos continuam a ser a principal causa de morte nas crianças e adolescentes entre os 0-19 anos, em Portugal (25% do total das mortes). Contudo, houve uma redução acentuada no número de mortes entre 2001 e 2005 (menos 151 mortes). De acordo com os dados do INE, em 2001, registaram-se 427 mortes de crianças e adolescentes por lesões e traumatismos. Em 2005, morreram 276, sendo que 197 destes casos ocorreram por lesões não intencionais (acidentes). Conseguiu-se assim, em 4 anos, reduzir o número de mortes de crianças e adolescentes quase para metade. Mesmo assim, se Portugal tivesse a mesma taxa de mortalidade que a Holanda (um dos países mais seguros para as crianças de acordo com os resultados do Relatório de Avaliação de Segurança Infantil 2009), 129 (47%) destas mortes poderiam ter sido evitadas.

Apesar desta redução, não podemos esquecer que as mortes são apenas a “ponta do iceberg”, e que centenas de crianças são hospitalizadas e observadas diariamente nos serviços de saúde na sequência de lesões e traumatismos não intencionais (acidentes) que, em muitos casos, deixam sequelas para toda a vida.



Morrem mais pessoas do que nascem

Se em 2005 a diferença entre o número de nascimentos e o número de mortes era baixa (apenas de 1900), agora o número de pessoas que morre é superior ao número de crianças que nasce (em 2008 a diferença foi de menos 497). Este facto, associado ao número de mortes prematuras evitáveis representa um elemento social preocupante. Para compensar a baixa taxa de natalidade em Portugal é fundamental evitar as inúmeras mortes precoces de crianças e adolescentes que ocorrem por acidente.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA INFANTIL EM PORTUGAL 2009

Este relatório faz um resumo da actuação de Portugal no que diz respeito ao nível de segurança que as políticas nacionais conferem aos cidadãos mais novos e mais vulneráveis – as crianças e adolescentes. Classifica o País em termos da adopção, implementação e execução de mais de 100 estratégias de comprovada eficácia na prevenção de acidentes com crianças, nas áreas da segurança rodoviária, segurança na água/prevenção dos afogamentos, prevenção das quedas, queimaduras, intoxicações e asfixia/estrangulamento, assim como, na liderança, infra-estruturas e desenvolvimento de competências na área da segurança infantil.

O nível de segurança que Portugal oferece às suas crianças aumentou

Se no relatório de 2007, Portugal obteve uma avaliação “Fracá”, em 2009, a avaliação do País mudou para “Razoável”, resultante de um aumento de 7,5 na pontuação global.

Segundo este relatório, Portugal já fez um trabalho razoável no que toca à tomada de medidas para a segurança das crianças e adolescentes enquanto utilizadores de motociclos e ciclomotores, enquanto passageiras e condutoras de veículos motorizados, assim como, na área da prevenção das intoxicações. No entanto, ainda há muito a fazer para tornar as estradas mais seguras para todos os seus utilizadores, sendo também necessário dar atenção à prevenção de outros tipos de lesões que ocorrem em casa e nos seus arredores.

Se todas as políticas analisadas fossem implementadas e executadas em Portugal, seria possível alcançar uma maior redução dos acidentes em crianças e adolescentes.

O que ainda falta fazer em Portugal?

Este relatório de avaliação realça áreas de intervenção, nas quais podem ser introduzidas alterações em Portugal:

Segurança rodoviária

- Promover o transporte de crianças voltadas para trás, idealmente até aos 4 anos, através da sensibilização das famílias, da formação de profissionais que intervêm no aconselhamento e fiscalização deste tipo de dispositivos (saúde, agentes de autoridade, vendedores) e da promoção da alteração da oferta de cadeirinhas / sistemas de retenção existente no mercado
- Introduzir regulamentação sobre redução da velocidade nas zonas residenciais, perto de escolas, parques infantis, hospitais, através de alterações nas infra-estruturas e de sinalização adequada
- Criar legislação que, em caso de acidentes com crianças e adolescentes, coloque o ónus da prova no condutor do veículo
- Introduzir regulamentação sobre o uso de capacete para ciclistas



- Introduzir na estratégia nacional de segurança rodoviária objectivos, estratégias e prazos específicos em relação às crianças e adolescentes passageiros, peões, ciclistas, motociclistas/ciclomotoristas

Segurança na água / prevenção de afogamentos

- Criar com urgência um enquadramento legal abrangente sobre piscinas
- Introduzir regulamentação sobre a colocação de vedações nas piscinas de utilização familiar
- Introduzir regulamentação sobre a utilização de auxiliares de flutuação pessoal / coletes de salvamento quando se desenvolvem actividades na água
- Desenvolver orientações técnicas para o planeamento e programação de actividades aquáticas de lazer /recreio
- Introduzir uma vertente de educação sobre segurança em meio aquático, incluindo aulas de natação, como uma parte obrigatória do currículo escolar

Prevenção de quedas

- Publicar de imediato o novo Regime Geral para Edificações, que já prevê na sua versão final de Janeiro de 2007, a alteração das regras de construção, nomeadamente nas habitações, de forma a reduzir o risco de queda de crianças de janelas, varandas e escadas
- Adoptar regulamentos e normas que definam a concepção segura das guardas para edifícios

Prevenção das intoxicações

- Introduzir legislação que imponha que as embalagens de medicamentos sejam resistentes à abertura por crianças

Prevenção de queimaduras / escaldões

- Introduzir, na lei da construção, regulamentação que determine uma temperatura máxima para prevenção de queimaduras (que não ultrapasse os 50° C) nas torneiras de água quente das habitações, creches e hospitais

Estratégias transversais a todas as áreas

- Garantir que as **visitas domiciliárias** abranjam todas as crianças e as suas famílias e que incluam a temática de prevenção dos acidentes.
- Continuar a investir no aumento da **consciência da população** em relação ao risco de lesões em crianças e adolescentes e às medidas de prevenção eficazes (na maior parte das áreas avaliadas há mais de 5 anos que não se realizam campanhas de informação e sensibilização; as excepções são a segurança da criança passageiro, prevenção de afogamentos e intoxicações, graças às campanhas desenvolvidas pela APSI nos últimos anos). No entanto, as campanhas devem servir de suporte e promoção de outras medidas estruturais complementares.
- Articular as estratégias do Plano de Acção para a Segurança Infantil (PASI) com o Plano Nacional de Saúde e Ambiente e a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária.



Portugal tem já algumas infra-estruturas e a capacidade de fazer face ao problema da segurança das crianças e dos adolescentes

Existe uma necessidade premente de constituir uma estrutura operacional de base que apoie o planeamento estratégico e a implementação na área da segurança infantil. Por isso mesmo, este relatório também avalia os recursos existentes no País para dar resposta ao problema dos acidentes com crianças. Apesar de Portugal já ter algumas infra-estruturas e alguma capacidade de desenvolvimento de competências nesta área, segundo este relatório ainda pode melhorar o seu desempenho, nomeadamente ao:

- Desenvolver e implementar uma **estratégia nacional** endossada pelo Governo, com objectivos específicos relacionados com a segurança das crianças e dos adolescentes (que deve ter em consideração as áreas prioritárias e as lacunas de desempenho identificadas neste relatório)
- Assegurar a **coordenação efectiva** de todas as iniciativas na área da prevenção de acidentes
- Garantir o **financiamento adequado** de medidas que constituem boas práticas comprovadas na prevenção de lesões não intencionais (acidentes)
- Apoiar o **desenvolvimento de competências**, em termos de especialização técnica na área da prevenção dos acidentes em todos os sectores
- Apoiar o **trabalho em rede** assegurando a optimização de recursos e a partilha de informação sobre boas práticas e a sua replicação, de forma a garantir uma continuidade e coerência das iniciativas de prevenção dos acidentes a nível nacional, regional e local.
- Providenciar recursos financeiros para apoio à coordenação e **investigação** relacionada com a segurança das crianças e dos adolescentes
- Manter e melhorar as **infra-estruturas** já existentes
- Garantir que a segurança infantil é considerada em **todas as políticas** nacionais.

A resposta do Ministério da Saúde aos Acidentes

Apesar da redução do número de mortes e da melhoria na área da segurança infantil, as lesões não intencionais (acidentes) continuam a ser a maior causa de morte infantil e juvenil em Portugal e na Europa. A adopção de uma estratégia nacional para a prevenção dos acidentes, com metas e acções específicas para as crianças, representa assim uma medida decisiva para a redução da mortalidade, incapacidade e doença devidas aos acidentes.

O Plano de Acção para a Segurança Infantil em Portugal (PASI) tem como objectivo definir um conjunto de estratégias integradas para a prevenção dos acidentes nas crianças e adolescentes dos 0 anos 18 anos, através de uma abordagem transversal e multisectorial. Até ao momento, já foram estabelecidas a Visão do plano, e definidas as áreas de intervenção prioritárias e as principais metas com a participação activa de mais de 54 instituições, entre as quais 9 Ministérios.



Na opinião da Aliança Europeia de Segurança Infantil, em Portugal, os primeiros passos para a conclusão e implementação do PASI foram agora dados quando o Alto Comissariado da Saúde, em nome do Ministério da Saúde, assumiu, em Dezembro de 2008, perante a Aliança Europeia de Segurança Infantil, um compromisso em relação ao projecto CSAP (Child Safety Action Plan), e garantiu a coordenação do Plano de Acção de Segurança Infantil em Portugal (PASI). Além disso, o lançamento do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, da responsabilidade da Direcção Geral de Saúde, que integra o PASI como resposta para a prevenção dos acidentes nas crianças e jovens, constitui um passo decisivo.

A Alta Comissária da Saúde, Maria do Céu Machado, congratula-se pela evolução registada do último Relatório para o actual e salienta que “Portugal não alterou o seu lugar no ranking porque, de uma forma geral, todos os países melhoraram. Contudo, os dados mais actuais, relativos a 2005, mostram que a queda na mortalidade por acidentes foi ainda maior”. Maria do Céu Machado destaca ainda que “actualmente, estão reunidas as condições para um salto qualitativo no actual cenário: a APSI mantém-se como coordenadora técnica, o ACS como entidade coordenadora institucional e a Direcção-Geral da Saúde como executora do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, no qual o PASI está integrado”.

Segundo Sandra Nascimento, Presidente da APSI, “os resultados do Perfil e do Relatório de Avaliação da Segurança Infantil demonstram que o País melhorou, mas que ainda pode fazer mais. Portugal já assumiu o seu compromisso com a segurança infantil e o Governo já deu um sinal de que está disposto a investir na prevenção dos acidentes. O desenvolvimento e implementação do Plano de Acção para a Segurança Infantil (PASI), agora sob a liderança do ACS, e a integração deste plano no Programa Nacional de Prevenção dos Acidentes, são passos decisivos para as crianças e jovens portugueses. Temos agora reunidas todas as condições para, numa próxima avaliação, ficar melhor classificados e cada vez mais perto dos países da Europa com melhor desempenho em termos de segurança infantil.”

O Perfil e o Relatório de Avaliação sobre Segurança Infantil foi elaborado no âmbito do projecto Child Safety Action Plan (CSAP), uma iniciativa em larga escala cujo objectivo é promover o desenvolvimento de planos de acção nacionais endossados pelo Governo que aumentem a segurança das crianças e adolescentes na Europa. Este projecto é liderado pela Aliança Europeia de Segurança Infantil com o apoio da Comissão Europeia e em parceria com a OMS - Europa, Unicef, Health and Environment Alliance (HEAL), Universidades de Keele e de West of England e com parceiros de 26 países, entre os quais, a APSI e o ACS.

O Plano de Acção para a Segurança Infantil (PASI) está a ser desenvolvido em Portugal desde 2006 sob a coordenação da APSI, com o apoio do ACS e da DGS, no âmbito do projecto CSAP. Desde Dezembro de 2008 que o ACS assumiu a coordenação oficial do PASI, tendo a APSI ficado responsável pela coordenação técnica.

O Relatório Europeu sobre os 24 países do Projecto CSAP encontra-se disponível no site da Aliança Europeia de Segurança Infantil www.chilfsafetyeurope.org